15-05-2013

ATA Nº. 10/2013**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA QUINZE DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E
TREZE.** -----

Aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e dos demais Vereadores, Sr. José Marinho Vaz, Dr.ª Beatriz de Fátima Clemente Martins, Eng.º Marcos Labrincha Ré, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, Dr. Rui Manuel Pais Farinha. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Neste período, usaram da palavra: -----

O Sr. Presidente da Câmara, para transmitir aos Srs. Vereadores as seguintes duas informações: -----

- Que foi dado início ao processo de instalação da unidade industrial na Zona Industrial da Mota, por parte do dono da obra, a empresa “Ria Stone, Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA”, após o longo “calvário” administrativo em que este processo esteve envolvido; -----
- Que, após a receção do Visto do Tribunal de Contas, foram iniciadas, na pretérita segunda feira, as obras relativas ao Edifício Sócio-Cultural da Extensão de Saúde da Costa Nova. -----

O Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré: -----

- Que informou o Órgão Executivo Municipal, que no próximo dia 01 de junho, pelas 10 horas, irá realizar-se uma visita ao Centro Integrado de Tratamento dos Resíduos Sólidos, situado na zona de Mamodeiro, no concelho vizinho de Aveiro, sendo que esta visita é extensiva (como em outras ocasiões no passado), a todos os autarcas do nosso concelho, (cujo convite será formalizado em tempo oportuno através do Gabinete de Apoio aos Eleitos Locais

15-05-2013

desta Câmara Municipal), com a feliz coincidência de esta visita se realizar na semana em que a CMI leva a efeito a sua atividade municipal “+ Eco 2013 – Semana do Ambiente”. -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 96, do dia catorze de maio do ano de dois mil e treze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 1.076.214,35 (um milhão e setenta e seis mil, duzentos e catorze euros e trinta e cinco cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e €762.785,55 (setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 09, da reunião ordinária realizada no dia dois de maio do ano de dois mil e treze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2012. -----

Presente o seguinte Relatório, elaborado pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

- “O Estatuto do Direito de Oposição encontra-se consagrado na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o qual assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos membros dos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, oposição esta que, nos termos do artigo 2º do referido diploma legal, consiste na atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos citados órgãos. -----

De acordo com o artigo 10º do Estatuto do Direito de Oposição, em conjugação com a alínea v) do n.º 1 do art. 68 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os órgãos das Autarquias Locais devem elaborar, até ao fim de

15-05-2013

março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do referido Estatuto. Os citados documentos são, por sua vez, enviados aos titulares do direito de oposição, a fim de que deles se pronunciem. -----

O artigo 3º do citado Estatuto, define, que além de outros, são titulares deste direito os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. É ainda reconhecida a titularidade do direito de oposição, entre outros, aos grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico. -----

Este Executivo, ano após ano, cumpriu e cumpre com o Estatuto do Direito de Oposição, dando importância e considerando fundamental a sua existência. -----

Importa, no entanto, cumprir com o estabelecido na Lei emitindo o necessário e já tradicional Relatório que sintetiza o respeito pela(s) oposição(ões) e que no essencial mantém o que tem sido referido nos anos anteriores. -----

Assim, no caso do Município de Ílhavo temos: -----

- O órgão, Câmara Municipal é constituída por: -----

Partido Social-Democrata (5 elementos), todos com pelouros atribuídos e competências delegadas e, -----

Partido Socialista (2 elementos), sem pelouros e competências delegadas. -----

- a Assembleia Municipal de Ílhavo é constituída por : -----

Partido Social-Democrata (16 elementos), -----

Partido Socialista (7 elementos), -----

Centro Democrata Social - Partido Popular (1 elemento) e -----

Coligação Democrata Unitária (1 elemento). -----

- a Assembleia de Freguesia de São Salvador : -----

Partido Social-Democrata (9 elementos) e -----

Partido Socialista (4 elementos). -----

15-05-2013

- a Assembleia de Freguesia da Gafanha da Nazaré: -----
 Partido Social-Democrata (8 elementos), -----
 Partido Socialista (4 elementos) e -----
 PUGA – Por uma Gafanha Ativa, grupo de cidadãos eleitores (1 elemento). -----

- a Assembleia de Freguesia da Gafanha da Encarnação : -----
 Partido Social-Democrata (8 elementos) e -----
 Partido Socialista (1 elementos). -----

- a Assembleia de Freguesia da Gafanha do Carmo : -----
 Partido Social-Democrata (3 elementos) e -----
 Partido Socialista (6 elementos). -----

Deste modo e de acordo com o âmbito de aplicação às Autarquias Locais, o presente Relatório será distribuído aos representantes dos partidos políticos representados na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal bem como, num sentido lato da interpretação legal, ao PUGA – Por uma Gafanha Ativa, grupo de cidadãos eleitores, representado na Assembleia de Freguesia da Gafanha da Nazaré. -----

De acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e nos termos da alínea x) do número 1 do artigo 68 da LAL, relatam-se, genericamente, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares dos titulares autárquicos do direito de oposição: -----

A- DIREITO À INFORMAÇÃO -----

Durante o período compreendido pelo presente relatório, os titulares do direito de oposição do Município de Ílhavo, foram sendo regularmente informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Câmara, tanto de forma expressa como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal e relacionados com a sua atividade, designadamente nas reuniões, públicas e privadas, nestas de forma mais profunda, do órgão executivo, fornecendo ainda os elementos pela oposição solicitada. -----

A par de outros assuntos devidamente esclarecidos, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito do artigo 78º, n.º 1, alíneas s), u), v), x), bb) e cc)) e n.º 4 da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, destacando: -----

15-05-2013

Informação escrita, suficientemente detalhada, sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, antes de cada sessão ordinária daquele órgão; -----

Solicitação a todos os Partidos de apresentação de sugestões para integrarem o Orçamento para 2013, a exemplo do já feito em anos anteriores; -----

Comunicação devida das decisões devidas no caso de substituições, suspensões ou renúncias dos eleitos locais; -----

Comunicação dos relatórios e respetivos contraditórios relativos às inspeções, inquéritos ou sindicâncias efetuadas ao Município; -----

Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Vereadores; -----

Resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal; -----

Resposta aos pedidos de informação solicitados pelos Presidentes ou outros membros das Juntas de Freguesia do Concelho de Ílhavo; -----

Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município; -----

Remessa à Câmara Municipal de todas as modificações orçamentais, no caso concreto as alterações e revisões ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, pese embora essa competência esteja delegada no Sr. Presidente da Câmara, de acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião de 2009/11/04, mas que visa permitir aos eleitos locais da oposição um acompanhamento das modificações orçamentais, em tempo útil e oportuno; -----

Celebração de acordos de cooperação com todas as Juntas de Freguesia, independentemente do Partido Político que preside a cada uma delas, embora neste ano de 2012, por força das condicionantes orçamentais impostas pela Lei dos Compromissos, os mesmos estiveram suspensos, no que ao apoio financeiro diz respeito, atitude esta articulada em devido tempo com os Presidentes de cada Junta de Freguesia; -----

Remessa à Câmara Municipal, das ordens de pagamento respeitantes às despesas com a publicidade institucional do Município, pese embora as mesmas sejam simples aquisições de serviços cujo montante se enquadra nas competências do Presidente da Câmara; -----

15-05-2013

Remessa à Câmara Municipal, para entrega a cada um dos vereadores, de exemplares do boletim mensal da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, que compila o que de mais importante vai decorrendo na realidade municipal Portuguesa, ajudando desta forma a compreender melhor, muitas das decisões tomadas quer no órgão executivo quer no órgão deliberativo; -----

Remessa à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da principal correspondência recebida no Município, e achada oportuna, para tomada de conhecimento; -----

Garantia contemplada no Regimento da Assembleia Municipal de um tempo próprio para cada força política poder discutir os pontos constantes da ordem do dia, sem prejuízo do tempo destinado à defesa da honra e/ou interposições de recursos; -----

Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa; -----

Remessa à Assembleia Municipal das atas das reuniões da Câmara Municipal, após aprovação, permitindo a sua leitura e acompanhamento da atividade municipal; -----

Remessa à Assembleia Municipal, de documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza. -----

B- DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA -----

No ano civil de 2012, o Executivo Camarário assegurou o cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 5º da Lei 24/98 de 26 de maio, na medida em que foi facultado aos representantes quer da Câmara Municipal quer da Assembleia Municipal (assim como a todos os Autarcas em exercício nas Juntas e Assembleias de Freguesia, e aos Órgãos de Direção Partidária Local dos Partidos representados na Assembleia Municipal) o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos Planos e Orçamentos Municipais, no âmbito das suas competências, sendo que os mesmos foram, inclusivamente, aprovados nos prazos legais. -----

C- DIREITO DE PARTICIPAÇÃO -----

No período em apreço, o Executivo Camarário, o Presidente da Câmara e Vereadores, procederam atempadamente, ao envio de informações pertinentes e dos respetivos convites aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais relevantes para o

15-05-2013

engrandecimento e desenvolvimento do Município de Ílhavo, naqueles que organizados ou apoiados pela Câmara Municipal, pela sua natureza, tal se justificou. -----

Paralelamente, foi ainda assegurado à Oposição o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo ainda efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos. -----

D – DIREITO DE DEPOR -----

Não aplicável, na medida em que não houve conhecimento dos eleitos locais acima referidos, terem tido intervenção em qualquer comissão prevista no artigo 8º do Estatuto, pelo que nada há a referir em relação a este direito. -----

CONCLUSÃO: -----

Em face do exposto, entendo que foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Ílhavo, as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2012, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da Oposição. -----

Refiro ainda que a estes aos eleitos locais na oposição, no executivo municipal, se encontra afeto um gabinete apetrechado com todas as condições necessárias para o desenvolvimento com qualidade do seu trabalho, estando-lhes ainda atribuído individualmente um e-mail da Câmara Municipal. -----

Nestes termos, em cumprimento do artigo 10.º, n.º 2 do Estatuto do Direito da Oposição, determino que este Relatório, após a tomada de conhecimento pela Câmara Municipal, seja enviado, ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo e aos representantes dos órgãos autárquicos titulares do direito de oposição, Senhores Vereadores do Partido Socialista e Membros da Assembleia Municipal, deste último Partido, do Centro Democrata-Social – Partido Popular, da Coligação Democrática Unitária, e ainda do Grupo de Cidadãos Independentes, PUGA – Por Uma Gafanha Ativa. -----

Determino ainda que o mesmo seja publicado na página eletrónica da câmara Municipal, em www.cm-ilhavo.pt, após a tomada de conhecimento pela Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

15-05-2013

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º. -----
18MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

**POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO –
PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

- “Considerando: -----

1. A importância da promoção de novas formas de criação de emprego e de riqueza, nomeadamente pelo incentivo ao empreendedorismo individual ou de grupos de Cidadãos; ---
2. O trabalho de preparação que a Câmara Municipal de Ílhavo (CMI) tem vindo a desenvolver nesta área, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e em cooperação com a Universidade de Aveiro, visando também ativar a Incubadora de Empresas da Região de Aveiro (IERA); -----
3. A aposta em ativar o Pólo de Ílhavo da IERA utilizando as novas instalações do CIEMar-Ílhavo, devidamente integrado numa Política Municipal de Incentivo ao Empreendedorismo, devidamente estruturada e articulada com outras Políticas Municipais. -----

Proponho: -----

Que o Executivo Municipal aprove o Plano Municipal de Incentivo ao Empreendedorismo, incluindo as Normas Provisórias de Gestão do Pólo de Ílhavo da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro e as Normas de Funcionamento do Banco de Ideias do Município de Ílhavo (em anexo). -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º. -----
13MAI13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE
ÍLHAVO E A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU NO ÂMBITO DA
ATIVIDADE DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO.** -----

Presente o Protocolo de Cooperação supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente Protocolo. -----

15-05-2013

ACORDOS DE PARCERIA ESTABELECIDOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS CONDUCENTES À DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL, CULTURAL, PAISAGÍSTICO E URBANÍSTICO DO CONCELHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presentes os seguintes dois Acordos de Cooperação, aqui dados por integralmente transcritos:

1º - CELEBRADO COM A “CERCIIV – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DOS CIDADÃOS INADAPTADOS DE AVEIRO”. -----

2º - CELEBRADO COM “IDEIAS COM PESO, COMUNICAÇÃO E IMAGEM, LDA”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar os presentes Acordos. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----
PESSOAL. -----

RENOVAÇÃO DE CONTRATO EM REGIME DE AVENÇA DE UM ENGENHEIRO FLORESTAL – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

- “Considerando: -----

1- A informação dos serviços DAG/SORH, em anexo; -----

2- Que é fundamental dar continuidade ao trabalho até agora desenvolvido pelo Gabinete Técnico Florestal Municipal, no qual se destaca o técnico aqui em causa; -----

3- Que as despesas de funcionamento do referido Gabinete, nas quais se incluem os encargos com recursos humanos, continuam a ser financiadas pelo IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP; -----

4 - Que na Câmara Municipal de Ílhavo não existem trabalhadores com formação na área da Engenharia Florestal; -----

5 - Que para cumprir com a obrigação de redução de pessoal imposta pelo Orçamento de Estado 2013, a CMI se encontra dependente da concretização de cinco das doze aposentações previstas para 2013, registando-se que neste primeiro quadrimestre do ano apenas se efetivaram duas. -----

15-05-2013

6 - Que, por este fato, o recrutamento de novos postos de trabalho só deve ocorrer depois de assegurada a obrigatória redução de pessoal, isto é, só depois de concretizada a aposentação de cinco trabalhadores é que a CMI poderá recrutar um posto de trabalho por cada nova saída.

7 - Que o Eng. Rodolfo Barreto Alves, tem vindo a desempenhar a sua função, demonstrando elevado nível de profissionalismo, dedicação e interesse, destacando-se o seu gosto pelo trabalho de equipa, o relacionamento com os colegas, superiores e munícipes, a célere resposta às solicitações, e a execução, com elevada qualidade, de diversas tarefas e iniciativas, como o acompanhamento da actividade da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, a execução anual do Plano Operacional Municipal, a revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta e sua implementação, o programa “Woodwatch – De olho na Floresta”, diversas acções de sensibilização e de vigilância, entre outras. -----

8 - Que estando reunidos os restantes requisitos exigidos para a renovação do contrato em causa, nomeadamente: -----

8.1- O contratado tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; ----

8.2- Não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; -----

8.3- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

8.4- Não se aplica a redução remuneratória. -----

PROPONHO, nos termos da Lei 169/99, de 18/09, art. 68, n.º 2, conjugado a Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, designadamente o seu artigo 26º, que: -----

A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

Consequentemente proceda à renovação do contrato do Eng. Florestal Rodolfo Barreto Alves.

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º. -----

09MAI13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

LISTAGEM DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS NO 1º TRIMESTRE DE 2013, AO ABRIGO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO. ----

Presente a listagem supra, datada de 02MAI13, elaborada pela Técnica Superior da CAP –

15-05-2013

Compras, Aprovisionamento e Património, Dr.^a Conceição Lucas, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta do conjunto de prestações de serviços adjudicados pela Câmara Municipal de Ílhavo com recurso a Procedimento por Ajuste Direto, nos termos do Código dos Contratos Públicos, relativos ao primeiro trimestre do ano de 2013, e a coberto do parecer prévio genérico aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião de 20FEV13. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

CONTRATO DE “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE SETE SANITÁRIOS PÚBLICOS NAS PRAIAS DA BARRA E COSTA NOVA NO PERÍODO BALNEAR” – RENOVAÇÃO – PARECER PRÉVIO. -----

Presente a informação supra, datada de 13MAI13, elaborada pela Técnica Superior da CAP – Compras, Aprovisionamento e Património, Dr.^a Conceição Lucas, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, no qual e em síntese, se constata da necessidade de proceder (conforme informação DOIA de 03MAI13), à renovação do contrato referenciado em título, formalizado com a firma: “Ferlimpa, 2, Limpezas Gerais e Manutenção, Lda.”, em julho de 2010, sendo que o preço contratual a vigorar no ano de 2013 será no valor de 61.700,00 € (sessenta e um mil e setecentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio, emitido pelo Órgão Executivo da CMI. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à emissão de parecer positivo. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

ABERTURA DE PROCEDIMENTO - CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DA “CESSÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO COMERCIAL NA COSTA NOVA DO PRADO” – ANÚNCIO. -----

Presente o Anúncio supra, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se propõe a abertura do procedimento referenciado em título, pelo preço base de adjudicação de 2.500,00 € e com uma renda mensal de 100,00 € pelo prazo de 5 anos, nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos e Peças Desenhadas, que se encontram patentes,

15-05-2013

para venda, no Gabinete de Atendimento Geral desta Câmara Municipal, contra o pagamento de 25,00 € a crescidos de IVA. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à abertura do presente concurso. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO RELATIVO À CONSTRUÇÃO DA “VIA DE ACESSO AO PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO” – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO IX. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Caçoilo. -----

- “Considerando que: -----

Na sequência do prosseguimento dos trâmites do Processo de Expropriações, da realização das notificações enviadas aos interessados, e no seguimento das conversações realizadas com os proprietários dos terrenos necessários à realização da obra, constata-se que alguns aceitaram a proposta da Câmara Municipal, verificando-se algumas alterações ao constante nas deliberações da Câmara Municipal de 6 de Abril e de 1 de Junho de 2011; -----

Nestes termos propõe-se que: -----

– A Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f), n.º 1, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **delibere a aquisição** da seguinte parcela de terreno, nas seguintes condições: -----

- **Parcela n.º 06** – Área a expropriar – 165,00 m² (encargo previsto – 1.052,70 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Outeiro, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área 556,0 m², que confronta de Norte com Manuel Boia, do Nascente com servidão, do sul com Francisco Dias Neves, herd.ºs e do Poente com Via Circular Poente a Ílhavo, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5403 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 6523/19940912. -----

Proprietário: Carlos Manuel Gonçalves Ré, residente na Rua Manuel Ferreira da Cunha, n.º 11, em Ílhavo. -----

- **Parcela n.º 19** – Área a expropriar – 263,00 m² (encargo previsto – 1.677,94 euros) -----

15-05-2013

A destacar do prédio rústico, sito em Salvada, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área 7200,0 m², que confronta do Norte com Dr. António Simões de Pinho e Junta A. P. Aveiro, do Sul com Casimiro Simões Maia, do Nascente com vala e outros e do Poente com vala, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5364 e omissa na Conservatória de Registo Predial de Ílhavo. -----

Proprietário: Herança indivisa de Arlinda Damas Santos Vieira: - João Adriano Fernandes Rangel, residente na Alameda Eça de Queiroz, n.º 130 – 8.º, Dt.º, Porto; - Ana Bela Vieira Rangel, residente na Rua da Boavista, 342, Habitação 28, Porto; - Maria Arlinda Vieira Rangel, Av. General Norton de Matos, 65, 1.º, Esq., Miraflores – Algés; - Maria Cândida Vieira Rangel, residente na Rua da Malagueira, 59, Évora; - Silvia Maria Vieira Rangel, residente na Rua Soeiro Pereira Gomes, r/c, dt.º, n.º 54, Porto; - Maria Adriana Vieira Rangel Carvalho, residente na Rua Assis Esperança, n.º 35, Matosinhos; -----

- **Parcela n.º 23** – Área a expropriar – 839,00 m² (encargo previsto – 5.352,82 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Outeiro, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área 1490,0 m², que confronta do Norte com Manuel Correia Simões, do Sul com Francisco Magano, do Nascente com servidão e do Poente com valado, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5389 e omissa na Conservatória de Registo Predial de Ílhavo. -----

Proprietário: Herança indivisa de Arlinda Damas Santos Vieira: - João Adriano Fernandes Rangel, residente na Alameda Eça de Queiroz, n.º 130 – 8.º, Dt.º, Porto; - Ana Bela Vieira Rangel, residente na Rua da Boavista, 342, Habitação 28, Porto; - Maria Arlinda Vieira Rangel, Av. General Norton de Matos, 65, 1.º, Esq., Miraflores – Algés; - Maria Cândida Vieira Rangel, residente na Rua da Malagueira, 59, Évora; - Silvia Maria Vieira Rangel, residente na Rua Soeiro Pereira Gomes, r/c, dt.º, n.º 54, Porto; - Maria Adriana Vieira Rangel Carvalho, residente na Rua Assis Esperança, n.º 35, Matosinhos; -----

- **Parcela n.º 28** – Área a expropriar – 213,00 m² (encargo previsto – 1.358,94 euros) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Outeiro, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área 1200,0 m², que confronta de Norte com Manuel Sardo Cardoso, do Sul com João Mastrago, do Nascente e do Poente com valado, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5384 e omissa na Conservatória do Registo Predial. -----

15-05-2013

Proprietários: Herança Indivisa de Manuel Francisco Damas; Herança Indivisa de João Damas dos Santos Vieira – Maria de Lurdes de Jesus Nunes, viúva, residente na Rua Ernesto Paiva, Ílhavo e Rosinda Maria Nunes Vieira Capote, casada c/ António José Nunes Capote, residentes na Rua da Coutada, n33, Ílhavo; e **Herança Indivisa de Arlinda Damas Santos Vieira** - João Adriano Fernandes Rangel, residente na Alameda Eça de Queiroz, n.º 130 – 8.º, Dt.º, Porto; - Ana Bela Vieira Rangel, residente na Rua da Boavista, 342, Habitação 28, Porto; - Maria Arlinda Vieira Rangel, Av. General Norton de Matos, 65, 1.º, Esq., Miraflores – Algés; - Maria Cândida Vieira Rangel, residente na Rua da Malagueira, 59, Évora; - Silvia Maria Vieira Rangel, residente na Rua Soeiro Pereira Gomes, r/c, dt.º, n.º 54, Porto; - Maria Adriana Vieira Rangel Carvalho, residente na Rua Assis Esperança, n.º 35, Matosinhos; (A identificação dos proprietários estava incompleta); -----

- **Parcela n.º 30** – Área a expropriar – 101,00 m² (encargo previsto – 644,38 euros) -----
A destacar do prédio rústico, sito em Outeiro, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura, com a área 3500,0 m², que confronta do Norte com herdeiros de Manuel Nunes Feliciano, do Sul com Manuel Gordo Cardoso, do Nascente e do Poente com valado, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5382 e omissa na Conservatória de Registo Predial de Ílhavo. -----

Proprietário: Herança indivisa de Arlinda Damas Santos Vieira: - João Adriano Fernandes Rangel, residente na Alameda Eça de Queiroz, n.º 130 – 8.º, Dt.º, Porto; - Ana Bela Vieira Rangel, residente na Rua da Boavista, 342, Habitação 28, Porto; - Maria Arlinda Vieira Rangel, Av. General Norton de Matos, 65, 1.º, Esq., Miraflores – Algés; - Maria Cândida Vieira Rangel, residente na Rua da Malagueira, 59, Évora; - Silvia Maria Vieira Rangel, residente na Rua Soeiro Pereira Gomes, r/c, dt.º, n.º 54, Porto; - Maria Adriana Vieira Rangel Carvalho, residente na Rua Assis Esperança, n.º 35, Matosinhos; -----

- **Parcela n.º 36** – Área a expropriar – 565,00 m² (encargo previsto – 3.062,40 euros + parcela de terreno com a área de 85,00m² a destacar do prédio rústico com o artigo 5437 sito em Outeiro, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, que vai ser adquirida pela Câmara Municipal) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Outeiro, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura e 300 videiras, com a área 940,0 m², que confronta de Norte

15-05-2013

com João Rodrigues Cardoso, do Sul com Manuel Claro Lopes, do Nascente com servidão e vala e do Poente com Manuel Nunes, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5435 e omissa na Conservatória do Registo Predial. -----

Proprietário: António Rodrigues Branco, residente na Rua da Patela n.º 38, Presa, Freguesia de Santa Joana, Aveiro; -----

- **Parcela n.º 37** – Área a expropriar – 1.584,00 m², sendo também adquirida uma parcela de terreno com a área de 85,00m² que irá integrar o domínio privado municipal (encargo previsto – 16.793,62 euros, que inclui o valor 6.145,40 euros a título de benfeitorias) -----

A destacar do prédio rústico, sito em Outeiro, Freguesia de S. Salvador, deste Concelho, composto por terra de cultura e brejo, com a área 3.600,0 m², que confronta de Norte com vala, do Sul com Manuel Pedro Ribas – Herdeiros e outros, do Nascente com caminho e do Poente com vala, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5437 e omissa na Conservatória do Registo Predial. -----

Proprietário: Herança Indivisa de João Rodrigues Cardoso: - Palmira Cerca Damas, viúva, residente na Rua da Coutada, n.º 22, Ílhavo; - Hermínia Maria Damas Cardoso Morgado, casada c/ Ernesto Martinho da Silveira Morgado, residentes na Rua da Coutada, n.º 22, Ílhavo (verificou-se que a identificação do proprietário se encontrava incorretamente identificada) -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º, -----

13MAI13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

SEGUROS. -----

SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS – APÓLICE N.º 103416 - RESSARCIMENTO.

Presente o processo acima referido, do qual se destaca a informação datada de 08MAI13, elaborada pela Técnica Superior, Dr.ª Conceição Lucas, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, na qual e em síntese, se dá conta que na sequência da participação de acidente na Piscina de Vale de Ílhavo da utente: Vanessa Maria Rasoilo Oliveira, foi apurada uma despesa em episódio hospitalar no valor de 10,15 € -----

15-05-2013

Nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município de Ílhavo o pagamento da franquia em danos desta natureza até ao montante de 50,00 € pelo que, compete à Câmara Municipal proceder ao citado ressarcimento. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da presente informação. ----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

PEDIDO DE REEMBOLSO POR ANULAÇÃO DE INSCRIÇÃO – FÉRIAS DESPORTIVAS / PÁSCOA 2013 – INFORMAÇÃO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 15ABR13, elaborada pelo Gestor do Desporto, Doutor Pedro Mortágua, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, dá conta que a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB da Glória/Aveiro, solicitou a anulação (por desistência), da inscrição do aluno Emanuel Melo no Programa anteriormente citado. ----

Deste modo, sugere-se a devida autorização para proceder ao reembolso de 36,00 € (trinta e seis euros), que corresponde ao valor da aludida inscrição. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Ao Gestor de Desporto, Pedro Mortágua. -----

Autorizado o reembolso. -----

Cópia ao Chefe DAG. -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

16ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

LOTEAMENTO. -----

Presente o seguinte processo: -----

- O registado com o n.º 4585, Pº 250/05 em 2013/03/22, respeitante a João Luís Nunes Rocha, residente na Rua Cónego José Maria Ançã, n.º 27 - Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir**, nos termos da informação DOPGU. ---

A informação tem a referência DOPGU/elianac 2013/04/22 4585/13 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior, Arqtª Eliana Castro, a qual se dá aqui por integralmente transcrita e consta do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

15-05-2013

OBRAS MUNICIPAIS. -----
APOIO FINANCEIRO AO ILLIABUM CLUBE NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA
OBRA – “RUCHI / REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO ILLIABUM CLUBE –
ANTECIPAÇÃO DO PRIMEIRO PAGAMENTO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 08MAI13, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.^a Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere, nos termos do Acordo de Parceria estabelecido entre o Município de Ílhavo e o Illiabum Clube, se proceda à transferência, antecipada, para aquela agremiação desportiva da verba de 16.191,55 € (dezasseis mil, cento e noventa e um euros e cinquenta e cinco cêntimos), correspondente à totalidade dos dois Autos Medição já aprovados, mas que ainda não foram alvo do recebimento da respetiva comparticipação comunitária por parte daquele Clube. -----

Sobre a presente informação, recaiu um despacho de concordância por parte do Sr. Presidente da Câmara. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Presidente. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----
AÇÃO SOCIAL. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
PRORROGAÇÃO NO PRAZO DE APOIO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 15ABR13, elaborada pela Chefe da DASS, Dr.^a Mónica Batista, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere tal como permitido no art. 4º, n.º 2, da al. b) do Regulamento do FMAFIC, que o apoio ao arrendamento de habitação seja prorrogado, execionalmente, por mais 12 meses (perfazendo assim um total de 36 meses nos apoios a conceder), de modo a minimizar os constrangimentos atuais advindos da crise que o País atravessa, e que tem vindo a afetar um vasto conjunto de pessoas e famílias. -----

Sobre a presente informação, recaiu um despacho de concordância por parte do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta. -----

15-05-2013

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA,
SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados por Dina Paula Portugal Marques, João Evangelista Santos, Lucília Isabel Lopes Conde, Maria Fátima Silva Azeiteiro, Maria Lurdes Reis e Maria Mota Moreira e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 234 de 05/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados: -----

- Dina Paula Portugal Marques: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- João Evangelista Santos: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Lucília Isabel Lopes Conde: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Maria Fátima Silva Azeiteiro: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses; -----

15-05-2013

- Maria Lurdes Reis: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- Maria Mota Moreira: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----

10MAI13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por João Evangelista Santos, Judite Maria Sousa Machado e Maria Mota Moreira e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

15-05-2013

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de 1001.73 Euros, para apoio à comparticipação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----

10MAI13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS. -----

CICLISMO – TROFÉU LUSO GALAICO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) PROPOSTA - RATIFICAÇÃO. -----

Presente um ofício da Associação de Ciclismo de Aveiro, datado de 12ABR13, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, aquela Associação solicita à Câmara Municipal de Ílhavo a atribuição de uma comparticipação publicitária para o evento referenciado em título, que percorre o distrito de Aveiro, e conta com o apoio da CIRA (Comunidade Intermunicipal de Região de Aveiro). -----

Sobre o documento supra, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Proceda-se à compra de publicidade na Camisola Verde ao Município de Ílhavo por 500 € – Á Câmara para ratificação. -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º -----

18ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes dois Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1º - Da Empreitada “Aquisição e/ou Reparação de Maquinaria, Equipamento e Conservação de Imóveis – Museu Marítimo de Ílhavo ” – 1ª Situação – Ajuste Direto, no valor de € 56.419,32 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e dezanove euros e trinta e dois cêntimos), adjudicada à firma: Encobarra - Engenharia, SA. -----

15-05-2013

2º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Casa da Música de Ílhavo” – 8ª Situação Contratual, no valor de €51.988,61 (cinquenta e um mil novecentos e oitenta e oito euros e sessenta e um cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Encobarra - Engenharia, SA. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder ao seu pagamento. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 17.00 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----